



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9993 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT22 - Educação Ambiental

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM CONCEITO
COMPLEXO ERIGIDO SOB A ÓPTICA DA “CIÊNCIA MAIOR”

Jésica Hencke - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM CONCEITO COMPLEXO ERIGIDO SOB A ÓPTICA DA CIÊNCIA MAIOR

Resumo: O presente estudo se propõe a realizar uma análise acerca do conceito de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) respaldado pela UNESCO através do documento que retrata a Década para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), associando-a com o conceito de ciência régia ou maior presente nos estudos de Deleuze e Guattari (2012). A proposta de debate percorre o texto literário de Ítalo Calvino no seu livro “Cidades Invisíveis” cuja cidade escolhida é Leônia em seu desejo de renovar-se diariamente, fator esse significativo ao processo de desenvolvimento que visa a modernização das ações e relações sociais. O método de pesquisa é o processo de problematização alicerçado nos estudos de Michel Foucault (2015). Desejamos, de forma objetiva, identificar elementos da ciência régia e da EDS presente no contexto educacional, em especial, no âmbito curricular. Partimos do pressuposto de que a EDS é um dos tentáculos da ciência régia e esse modelo de ciência focaliza a certeza, a determinação, a reprodução, a regra e o conteúdo como estratégia pedagógica e curricular. Colocamos em suspensão nossas certezas e questionamos: quais são os espaços de respiro e potência para uma educação ambiental composta por uma ciência nômade que difere da ciência régia (DELEUZE. GUATTARI, 2012)?

Palavras-chave: Educação para o desenvolvimento sustentável; Ciência régia; Educação Ambiental.

Ítalo Calvino em seu livro “Cidades invisíveis” apresenta a cidade de Leônia e seu incontido desejo de renovar-se todas as manhãs. Seus habitantes diariamente removem de sua vista os dejetos de uma vida passada. Leônia é o perfil de cidade construída pelas estratégias de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável, sendo essa considerada um embate de poderes e coloca em funcionamento um modelo social capitalista e neoliberal.

Nessa urdidura teórica nosso anseio é provocar a compreensão de temas como natureza, território, ambiente, sustentabilidade, preservação, conservação, a partir do solo fértil da escola e dos dilemas curriculares. Diferente da cidade de Leônia, que se refaz todos os dias, a escola e sua prática pedagógica se repetem historicamente, mas também, provocam

fugas, segmentos e criações.

É do platô das disputas curriculares, da ciência régia (DELEUZE e GUATTARI, 2012), de uma educação maior que se afirma o Desenvolvimento Sustentável como premissa à vida ambiental na atualidade. A ciência régia é focada na certeza, no modelo, na determinação, na reprodução, se coloca ao lado do conteúdo e não da expressão, fator esse, que usurpa do sujeito a potência de experimentar o exercício da problematização.

Com o intento desenvolvemos essa temática associando a EDS ao conceito de “ciência régia” apresentada por Deleuze e Guattari (2012), e adimos a educação ambiental a uma “ciência nômade”. Uma ciência nômade aposta nas deformações, transmutações, tensionamentos, vive os acontecimentos ao invés de procurar essências. “[...] o quadrado já não existe independente de sua quadratura, o cubo de uma cubatura, a reta de uma retificação.” (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 27), esse é um dos motivos que impossibilita o aprisionamento do conceito de educação ambiental em um único paradigma educacional.

Conciliar desenvolvimento e sustentabilidade ambiental é um dilema. Por um lado há o crescimento acelerado da economia mundial, a expropriação dos recursos naturais finitos, a deformação e transformação dos ecossistemas, elementos que abalam e alteram as condições de vida no planeta. Fatores estes que, por outro lado, convivem com a pobreza extrema e que exige um desenvolvimento social, cultural, físico de maneira a promover a subsistência dos seres que habitam o planeta Terra. Elementos pujantes que anunciam as contradições do modelo social que se nutre pelo neoliberalismo, pelo sistema capitalista que enfatiza o desperdício e a obsolescência planejada e perceptiva dos bens de consumo e produção.

Leônia é o exemplo clássico da cidade que revigora, de maneira sistemática e contínua, o desperdício. Onde vai parar os dejetos dessa vida em contínuo progresso? Quais as estratégias ambientais para desfazer-se e refazer-se diariamente de produtos extraídos dos recursos naturais? É possível educar para o desenvolvimento sustentável, em um tempo de dicotomias sociais e instabilidade ambiental?

O conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) emerge de um discurso desenvolvimentista valorizado pelo empresariado, tem como nó articulador a globalização econômica voltada ao livre mercado, alavancando a economia como a principal moeda de articulação à vida, tornando as demais esferas sociais, ambientais, culturais irrelevante.

O termo DS é eficiente em seu propósito por apresentar uma retórica carregada de ideais nobres e altruístas: preocupação com os recursos naturais para a geração atual e as gerações futuras; preservação dos animais e plantas; o bem estar coletivo de todos os povos da Terra.

Quem de nós seria contrário a esses argumentos que soam moralmente válidos a nossa vida? Quem seria contra a composição de uma sociedade mundial sustentável? Ou melhor, que se contrapunha a incluir o meio ambiente na pauta das discussões, ações e decisões econômicas? Nesse ínterim, cabe uma ressalva, qual é o desenvolvimento que se pretende sustentar nas sociedades modernas? Para Escobar:

[...] o discurso do desenvolvimento sustentável propõe a reconciliação de dois antigos inimigos – o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente – sem ajustes significativos nos sistemas de mercado. A reconciliação é resultado de operações discursivas complexas envolvendo o capital, representações da natureza, gestão e ciência. No discurso do desenvolvimento sustentável, a natureza é reinventada como meio ambiente para que o capital, não a natureza ou a cultura, possam ser sustentados. (ESCOBAR, 1996, p. 46 – tradução nossa).

É preciso estar atenta aos jogos discursivos produzidos em torno do desenvolvimento sustentável, que tem como foco o mercado e o capital e não a sustentabilidade cultural e ecológica, como pontuado por Escobar (1996).

Assumindo como referência a Conferência de Tbilisi (1977) e o Relatório *Brundland* (1987), aqui no Brasil é realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92 ou Rio-92). Nessa conferência o conceito de desenvolvimento sustentável se consolida como princípio orientador das iniciativas e ações voltadas ao meio ambiente e seu desenvolvimento. É nessa ocasião que o Brasil firma um acordo mundial em prol do meio ambiente, dentre os acordos firmados está a Agenda 21.

O desenvolvimento, como sugerido na Agenda 21, deve ser enfatizado no processo formal e informal de ensino, considerado essencial à aprendizagem e indispensável para alterar as atitudes das pessoas, de forma a potencializá-las a avaliar os problemas tangíveis ao meio ambiente, em seu Capítulo 36, o ensino é apresentado como elemento fundamental à formação da consciência ambiental e ética, alicerçada em valores e atitudes, técnicas e comportamentos que evidenciem e favoreçam o desenvolvimento sustentável.

A escola emerge como um espaço propício para o desenvolvimento da EDS, sendo considerada o lugar para a transformação da sociedade, o exercício da compreensão, o debate e a ação prático-pedagógica associada à conscientização humano-social. Contrapondo-se a EDS, Carvalho (2002), ao falar da Educação Ambiental na América Latina descreve-a como uma ação política e ecológica, imersa numa realidade histórica, configurada por disputas ideológicas divergentes do ideal desenvolvimentista formulado pelo conceito de DS:

[...] Substituir o atributo ambiental, designando em seu lugar uma educação para o DS, significa a perda de um atributo identitário e de uma tradição crítica para capitular diante do modelo contra o qual o ecologismo se insurge: ideologia do desenvolvimento e do *homo economicus* – mesmo que seja um desenvolvimento com uma face ambiental. (CARVALHO, 2002, s.p.)

A educação ambiental, associa-se a uma ciência nômade, se gesta por atravessamentos entre a realidade visível da poluição, a desertificação, os interesses econômicos, as ações políticas, os movimentos do capitalismo, a reorientação social em relação ao ambiente, a ecologia, a constituição cultural e tecnológica. É um campo de heterogeneidades, teve sua origem histórica no movimento ecológico que se afirmava por uma atitude crítica contrapondo-se a sociedade capitalista industrial, ao consumo e o modelo de desenvolvimento econômico das sociedades (CARVALHO, 2002).

Conquanto a EDS coloca em risco os espaços galgados pela educação ambiental e tenta deturpar seu sentido, associando-a ao progresso, ao desenvolvimento e a exploração do capital. “Inventa-se o saber da ciência e, junto com ele, conectam-se técnicas de governo no desejo de definir modos de vida” (HENNING, 2019, p. 774).

No ano de 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução nº 57/254 que proclama a Década para a Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável entre os anos de 2005 a 2014. Cujas pretensão é fomentar mudanças de comportamento que oportunizem a constituição de uma sociedade sustentável e justa para todos (UNESCO, 2005).

De forma incipiente o documento abarca uma multiplicidade de elementos que

integram o processo de elaboração e complementação do currículo, sendo este um instrumento normativo à prática docente e o agir discente de acordo com uma sociedade moderna cuja base social é o âmbito empresarial, capitalista e neoliberal. O documento subdivide o desenvolvimento sustentável em três áreas articuladas – sociedade, meio ambiente e economia, fator que desponta um ideal balizado pelo mercado, tendo a educação como veículo de reprodução de determinados modelos e padrões sociais. Sua estratégia é abrangente e compreende diferentes dimensões: direitos humanos, igualdade de gênero, diversidade cultural, saúde, governabilidade, recursos naturais, mudanças climáticas, desenvolvimento rural, urbanização sustentável, redução da pobreza, responsabilidade e economia de mercado (UNESCO, 2005). Elementos que esmiúçam uma proposta de controle social, a partir da lógica capitalista alicerçada em discursos científicos.

A essência do documento propõe uma educação solidária, que contribua a percepção das relações do Estado, que seja apta a gerar atitudes e compromissos responsáveis, preparar e instrumentalizar os seres humanos para agirem como cidadãos ativos na tomada de decisões e na conquista de um mundo socialmente desenvolvido, culturalmente plural, justo, inteligente, equilibrado e harmônico com os ecossistemas. Um ledô engano!

O documento faz referência a um ensino aplicável, que acontece ao longo da vida e pode ocorrer em múltiplos contextos educacionais formais ou não formais. Estabelece de forma impositiva papéis-chave à educação. Dentre eles há vários termos que demovem do sujeito a potência de agir e gerir sua subjetividade, vejamos: crença e corresponsabilidade individual; transformação na visão pessoal que modifica a sociedade; educação como sistema de conduta e conformação de comportamentos em busca de um futuro que não pensa o presente; o desenrolar socioambiental resume-se a reflexão e a conscientização individual corresponsabilizando à cada um de nós pelo atraso tecnológico, cultural, econômico, social e ambiental do lugar em que vivemos. Escobar (1996) aponta que esses elementos gerenciam uma visão dialética e conseqüentemente dicotômica da natureza e do capital. “O argumento é que a reestruturação capitalista ocorre às custas de condições de produção: natureza, corpo, espaço” (p. 47, tradução nossa). Impulsionado pela competição, que favorece a usurpação do capital sobre a natureza.

A EDS tensiona um crescimento econômico com ênfase no lucro, amortizando os problemas ambientais como se fossem meras questões relativas ao desenvolvimento e aprimoramento científico e tecnológico. O debate da EDS e da Educação Ambiental é polêmico e complexo, assim como a proposição de uma ciência maior - régia que tem abertura, respaldo e valorização na sociedade capitalista, e contrapõe-se a uma ciência menor, nômade que se engendra pelos entremeios da vida, do ambiente e do aprimoramento humano.

Ainda nos cabe retomar a cidade de Leônia e sua incapacidade de lidar com os próprios dejetos ali produzidos. Calvino (2003) anuncia em sua narrativa fantasiosa elementos que se tornaram carro chefe do pensamento ambiental atrelado a sustentabilidade: lixo e crise ambiental. O cataclismo, real ou imaginário, produzido por uma avalanche de lixo é uma das facetas da crise ambiental da atualidade.

Calvino (2003) apresenta Leônia a cidade do consumo, do desperdício e do exagero, a mesma pode ser atualizada quando pensamos nas relações da sociedade moderna, capitalista e consumista. Nos identificamos com os habitantes de Leônia a medida em que acreditamos que somos altamente poluidores, produtores de lixo que corroboram a um mundo insustentável, tais ponderações também percorrem os currículos escolares.

Referências

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O 'ambiental' como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: SAUVÉ, L. Orellana, I.; SATO, Michele. **Textos escolhidos em Educação Ambiental: de uma América à outra**. Montreal, Publications ERE-UQAM, 2002, Tomo I, pp 85-90 (versão em português).

DÉCADA DA EDUCAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005.

DECLARAÇÃO DE TBILISI. **Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, UNESCO**. Tbilisi, 1977. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/decltbilisi.pdf>. Acesso em 18 jul. 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Vol. 3**. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão, Suely Rolnik. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

ESCOBAR, A. Constructing nature: Elements for a poststructural ecology. In: PEET, R.; WATTS, M. (ed.). **Liberation ecologies: Environment, development, social movements**. London: Routledge, 1996, p. 46-68.

FOUCAULT, Michel. 1970 – *Theatrum Philosophicum*. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Org. Manoel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro. 3º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, pp. 240-266.

PITANGA, Ângelo Francklin. Crise da Modernidade, Educação Ambiental, Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Educação em Química Verde: (re) pensando paradigmas. **Ensaio Pesquisa em Educação e Ciências**. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, vol. 18, nº 3, pp. 141-159, set./dez. 2016.